

SOBRE AS NOÇÕES DE SUJEITO E DE SENTIDO NA LINGUAGEM

Maria das Graças Carvalho Ribeiro
UFPB

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as noções de sujeito e de sentido na linguagem. Partindo de estudos desenvolvidos pelos introdutores do subjetivismo nas teorias lingüísticas, tomamos, a seguir, as reflexões de Bakhtin e de François, autores que têm defendido, entre outras teses, a da natureza social e dialógica do sentido e da linguagem.

Palavras-chave: sujeito, sentido e linguagem

Após o corte saussureano, volta-se a repensar a questão do sujeito da linguagem, assunto pelo qual já se haviam interessado alguns estudiosos, a exemplo de Humboldt e Bréal. Opondo-se ao pensamento da época, Humboldt concebe a língua não mais como *ergon* (produto), mas como uma *energeia*, (atividade), como um trabalho mental através do qual o homem expressa seu pensamento. Essa concepção de língua levou este autor a pensar no sujeito da atividade de linguagem, e a destacar a importância desse sujeito na dimensão discursiva. Mais tarde, Bréal (1897) chama a atenção para a importância do sujeito, mostrando que é preciso observar como o homem agenciou a sua linguagem. Num estudo dedicado ao elemento subjetivo da linguagem, ele postula que a fala não foi feita para descrever, para narrar ou para fazer considerações desinteressadas, mas, antes de tudo, para expressar desejos, dar ordens ou demonstrar poder sobre as coisas e as pessoas. Esses usos teriam sido, segundo este autor, os primeiros da linguagem. Nessa perspectiva, o elemento subjetivo não deveria ser visto como um elemento acessório, superficial, mas, ao contrário, como uma parte essencial à qual se acrescentam as outras coisas.

A preocupação com o sujeito da linguagem vai ressurgir também com Bühler (1950), Bally (1965) e Benveniste (1976). Rejeitando a concepção de língua como sistema de signos destinados exclusivamente ao intercâmbio de idéias, Bühler considerava que havia ao lado do aspecto intelectual da linguagem, um outro não-intelectual. Compreensão que o levou a acrescentar à função representativa da linguagem duas outras funções, a expressiva e a apelativa. Partindo do princípio de que um enunciado

lingüístico nunca é um ato em que se comunica puramente uma idéia, Bally postula que todo enunciado está impregnado de elementos expressivos, cuja fonte ele atribui estritamente aos afetos. Esses elementos não constituem, segundo este autor, o outro componente do enunciado, ou seja, a modalidade.

Outros trabalhos como os de Jakobson (1963), sobre os *shifters*, de Benveniste (1976), sobre a *categoria de pessoa* e os de Austin (1970), sobre os *performativos* são considerados como a origem das teorias enunciativas, uma vez que esses estudos, cada um com sua especificidade, revelam a impossibilidade de dissociar da língua a atividade do sujeito, que, segundo Benveniste, vai se dar através do que ele denomina de *aparelho formal da enunciação*.

Para Benveniste (1976), a linguagem só é possível porque cada locutor se coloca como sujeito. A linguagem é assim concebida como possibilidade de expressão da subjetividade. É este colocar em funcionamento a língua por um ato individual que constitui a enunciação. De acordo com Benveniste, a língua dispõe de formas vazias (pronomes, advérbios) das quais se apropria o locutor para definir-se a si próprio como *eu*, sujeito da enunciação, instalando ao mesmo tempo, na instância do discurso, o seu interlocutor, *tu*. Esse sujeito é caracterizado pelo egocentrismo, é ele fonte e origem do sentido.

Tomando a enunciação como objeto da lingüística, este autor procura estabelecer uma metodologia para analisar esse fenômeno, voltando-se para o próprio ato de produzir o enunciado, ou seja, para o processo e não para o produto. Postulando que as condições de emprego das formas não são semelhantes às condições de emprego da língua, Benveniste busca analisar estas últimas, procurando escapar ao formalismo característico do estruturalismo saussureano. De acordo com Benveniste, a preocupação exclusivamente com a forma levou a descrição lingüística a colocar a questão do sujeito e do sentido fora da competência do lingüista. Diz Benveniste (1989:221) em seu artigo “*A forma e o sentido na linguagem*”:

“de fato, as manifestações do sentido parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da forma. Dos dois termos do problema que nos ocupa aqui, não se estranhe que em geral apenas o primeiro pareça de relevo para a lingüística” (Benveniste, 1989:221).

Cabia aos psicólogos e aos psico-fisiológicos trazer alguma luz sobre a natureza e sobre o funcionamento do sentido na língua.

Procurando explicar a questão do sentido, Benveniste (1989) defende que há dois domínios ou duas modalidades de significar que se

combinam na língua, o semiótico e o semântico. Tudo o que está no plano do semiótico diz respeito às relações que se estabelecem entre os signos no interior do sistema da língua. Neste domínio, não se observam as relações do signo com o mundo, ou seja, com os objetos e com o sujeito. Por outro lado, falar em semântica é, segundo Benveniste, introduzir-se no domínio da língua em emprego e em ação. Enquanto o signo tem como parte integrante o significado, a frase, expressão da semântica, tem o seu sentido relacionado à situação do discurso e à atitude do locutor, tendo, além do sentido, uma referência. Nessa perspectiva, a frase continua sendo tomada como unidade de análise. De acordo com Benveniste (1976:139), tomar a frase como unidade de análise significava sair do domínio da língua e entrar num novo universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso.

Em seus estudos ainda sobre a presença do sujeito na atividade de linguagem, Benveniste distingue dois planos de enunciação: o do discurso e o da história, considerando o primeiro como marcado pela subjetividade e o segundo pelo não-envolvimento do locutor. Distinção bastante criticada por alguns lingüistas que não concebem a linguagem sem as marcas do sujeito da enunciação.

Não obstante as críticas, os estudos desenvolvidos por Benveniste constituem uma referência para todos aqueles que se propõem tomar como pressuposto teórico alguma teoria da enunciação. A importância das idéias desse lingüista para o desenvolvimento dessas teorias pode ser percebida, embora pareça paradoxal, pelas críticas que lhe fizeram sobre a centralidade do sujeito, sobre a relação de apropriação da língua pelo sujeito, ou mesmo sobre a existência de um aparelho formal da enunciação, constituído apenas por algumas categorias da língua. Uma das grandes contribuições de Benveniste para os estudos da enunciação foi, a nosso ver, ter mostrado a impossibilidade de explicar ou tratar certos aspectos do uso da linguagem na dimensão do enunciado.

A (re)introdução do sujeito na linguagem foi tema também tratado por Kerbrat-Orecchioni (1980) que, no primeiro momento de sua reflexão sobre a questão, segue a linha de Benveniste. Procurando ampliar o aparelho formal da enunciação, essa autora identifica outras categorias da língua (substantivos, adjetivos verbos, advérbios) que no discurso vão funcionar como marcas de subjetividade na linguagem. Partindo de uma nova concepção de linguagem, a autora assume uma outra postura, tomando como objeto de estudo a interação. Considerando que falar não é só comunicar, mas principalmente (inter)agir, Kerbrat-Orecchioni (1990) observa que as teorias

da enunciação até então desenvolvidas, inclusive a dela¹, a análise do discurso e a teoria dos atos de fala estavam todas confinadas a uma perspectiva fundamentalmente monológica. Essa concepção já havia sido veementemente criticada por Bakhtin (1979) que defende a natureza social e dialógica da linguagem e do sentido.

Opondo-se também à concepção de linguagem defendida pela tradição, Bakhtin (1929) postula que para observar os fenômenos da linguagem é preciso ir além das esferas física, fisiológica e psicológica. A esse conjunto complexo é preciso acrescentar a esfera das relações sociais. É preciso situar os interlocutores em seu meio social. Diz Bakhtin (1979:70):

“(...) a unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico (...) possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem”.

O contexto em que é inserido esse complexo e a situação de troca social comporta relações de diferente natureza. De acordo com Bakhtin, os estudos lingüístico-filosóficos, até então, tinham-se desenvolvido sob duas orientações, a do *objetivismo abstrato* e a do *subjetivismo individualista*, caracterizando-se ambas por não levarem em conta a natureza social e dialógica da linguagem. A primeira, cuja fonte é Saussure, parte do princípio de que a verdadeira substância da língua é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas e a segunda, representada por Vossler e seus seguidores, fundamenta-se no pressuposto de que a realidade essencial da língua é constituída pela enunciação monológica isolada, realizada através de um ato psicofisiológico individual. Para Bakhtin, a situação de enunciação é um componente indispensável à compreensão e à explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação (Brandão 1998).

Para melhor compreender a reflexão desse autor sobre a questão da significação e do sentido, faz-se necessário que retomemos aqui algumas de suas críticas sobre essas duas correntes que caracterizaram os estudos lingüísticos durante décadas. De acordo com Bakhtin (1979:90), o *objetivismo abstrato* fundamenta-se no princípio de que o *sistema lingüístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual (...)*. Este sistema abstrato, estável e imutável é constituído de formas que são completamente independentes da situação social em que elas se manifestam. Um sistema regido por “*leis lingüísticas específicas*” que, diferentemente das leis ideológicas, que se referem a processos cognitivos, à criação artística, etc.,

¹ Assim em meu *Enunciação* (1980): reconheço aqui meu erro.

não dependem da consciência individual. Nesse tipo de sistema sincrônico e a-histórico, as formas lingüísticas completam-se mutuamente e toda a significação veiculada pela linguagem resulta da combinação dessas formas no interior desse sistema. Como um conjunto de formas independente da criação individual, a língua é considerada como “*produto de uma criação coletiva, um fenômeno social e, portanto, como toda instituição, normativa para cada indivíduo*”. (Bakhtin,1979:79)

Na prática da língua, segundo Bakhtin, os locutores não se preocupam com a forma lingüística enquanto sinal estável, sempre idêntica a si mesma, mas com o signo variável. No processo de descodificação, o essencial não é a identificação da forma lingüística enquanto tal, mas a sua compreensão num contexto concreto de enunciação. O importante é seu caráter de novidade e não de conformidade à norma, o que implica uma atitude *responsiva ativa*. Diz Bakhtin (1979:94):

“(…) o elemento que torna a forma lingüística num signo não é sua identidade como sinal, mas sua **mobilidade específica**; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma lingüística não é o conhecimento do sinal mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo”.

O conceito de *mobilidade específica*, introduzido por Bakhtin e de grande relevância para o estudo do sentido e da significação, foi totalmente ignorado pela lingüística de sua época, uma vez que nesse contexto a forma lingüística era concebida como um complexo sonoro portador de uma única significação, inerte e imutável. De acordo com este autor, deve-se entender como *mobilidade específica* a orientação que é conferida à palavra pelo contexto e pela situação. Assim, considerar este conceito significa, antes de mais nada, considerar as relações entre unicidade e polissemia da forma lingüística, um dos problemas fundamentais da semântica e com o qual não se preocupou a lingüística saussureana. De acordo com essa compreensão, a significação não pertence às formas lingüísticas enquanto sinal, ou seja, enquanto tomadas isoladamente, descontextualizadas, nem também está fixada na mente dos falantes, ela é determinada pelo contexto, tendo as palavras tantas significações quantos forem esses contextos. É essa multiplicidade de significações “*que faz de uma palavra uma palavra*” (Bakhtin:1979:130).

Retomando a tese defendida pelo *subjetivismo idealista*, Bakhtin critica o fato de terem seus representantes se apoiado, como ponto de partida

de suas investigações, na enunciação monológica isolada, tomando o psiquismo individual como fonte da língua, embora não tenham eles, a exemplo do *objetivismo abstrato*, seguido a orientação dos filólogos, considerando a compreensão como um ato passivo. Sua crítica ao subjetivismo idealista fundamenta-se, principalmente, no princípio de que a teoria da expressão em que se alicerça essa corrente é totalmente falsa, uma vez que postula que a expressão se constitui de *conteúdo interior* e de sua *objetivação exterior*. Assim, a essência estaria sempre no interior, de onde provém todo ato exterior. O interior atuaria assim como fonte da expressão, cuja exteriorização nada mais seria que a sua tradução. Contrário a tal compreensão, Bakhtin defende que o processo se dá de forma completamente oposta: não é a atividade mental que organiza a expressão, mas é esta que organiza aquela. O centro organizador da expressão situa-se no meio social em que se insere o indivíduo. A atividade mental do sujeito, a exemplo do que ocorre com a expressão social, é um *território social*.

Para Bakhtin, a enunciação só pode ser concebida como determinada pelo meio, como produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, sendo assim socialmente orientada.

Opondo-se radicalmente as duas orientações do pensamento filosófico, Bakhtin (1979:124) afirma que:

“a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”.

Tratando de forma mais sistematizada a questão da significação, Bakhtin observa que a ciência que tenha por objetivo dar conta da significação precisa se orientar em duas direções: uma voltada para o significado contextual e outra voltada para o significado no sistema da língua. A partir daí, ele distingue *tema* e *significação*. Aquele corresponde ao sentido único, a uma significação unitária de uma enunciação, é a expressão de uma situação histórica completa, da qual se originou a enunciação. Já esta deve ser entendida como os elementos que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos. O *tema* é determinado pelos elementos verbais e não-verbais que entram na composição de uma enunciação. Para esclarecer essa distinção, Bakhtin (1979:131) define o tema como o “*estágio superior real da capacidade de significar*”, o que corresponde à investigação do sentido contextual, e a *significação* como o “*estágio inferior da capacidade de significar*”, o que corresponde à investigação do sentido no sistema da língua. Enfatizando a distinção *tema/significação* diz Bakhtin (1979:131): *a significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um potencial,*

uma poderíamos dizer que Bakhtin distingue o que, mais tarde, para muitos autores seria o *sentido semântico* e o *sentido pragmático ou discursivo*.

Para Bakhtin, a distinção desses conceitos está relacionada à questão da compreensão. O *tema* só pode ser apreendido pela *compreensão responsiva ativa*. Em seus termos:

“compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão” (Bakhtin, 1979:132).

Partindo dessa distinção, podemos compreender que o sentido, para Bakhtin *tema*, só existe enquanto traço de união entre os interlocutores e só se realiza no processo de compreensão ativa, como *“efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro”*. Como diz Bakhtin (1979:132) *“só a corrente da comunicação fornece à palavra a luz de sua significação”*.

Acrescenta ainda este autor um outro conceito para o estudo da significação (para nós sentido). Toda palavra possui um *acento apreciativo*, é o que, segundo Bakhtin, dá vida à palavra. Por isso uma mesma palavra pode adquirir diferentes sentidos de acordo com a *entoação expressiva*, o nível mais superficial do *acento apreciativo*. Normalmente esses dois elementos são determinados pela situação social em que se desenvolve a enunciação. O sentido só se realiza completamente através da *entoação expressiva*. Nessa perspectiva, a enunciação tem antes de tudo uma orientação apreciativa. É a ela que se devem as mudanças semânticas de significação.

Partindo da distinção *língua/linguagem*, François postula que estudar a língua é estudar as unidades e as estruturas presentes, é o estudo de um *pleno*, enquanto estudar a linguagem é levar em conta o ausente, o implícito, a mistura de gêneros, os movimentos discursivos, as afinidades, os esboços na construção do discurso (correções, hesitações, reformulações); assim como as tensões entre o constante e o variável, entre o genérico e o particular. É considerar todos os entornos em que se inserem a materialidade lingüística. É considerar que o sentido pode não ser semiotizado pela materialidade lingüística, levando-se, assim, em conta a situação de enunciação reconstituída pelo interlocutor com sua pluralidade.

A linguagem passa a ser vista como espaço de significações redobradas, não se podendo falar dessa maneira de *sentido definitivo*. Para

este autor, o sentido é questão de interpretação e não de estrutura, ou seja, de relações eminentemente intra e extralingüística, passando-se, assim, a considerar as significações expressas por outros sistemas semiológicos em que os discursos ou mais precisamente os diálogos se manifestam. Assim é preciso considerar que numa atividade de linguagem há muitos processos de construção de sentido que estão livres das restrições gramaticais. Todo discurso, segundo François, comporta uma relação com o que está fora dele, com alguma abertura do quadro interpretativo, o que é deixado à margem na análise lingüístico-gramatical. Falar de sentido como interpretação implica, necessariamente, reintegrar o sujeito da atividade de linguagem.

Para François (1996), a subjetividade na linguagem não pode ser analisada apenas em termos de marcas lingüísticas presentes no discurso. De acordo com esse autor, é a possibilidade de movimentos, em que se manifesta uma maneira de aparecer de um sujeito, que liga linguagem e subjetividade e não as formas da língua. Partindo do ponto de vista de que no discurso se está sempre em situação de interpretação, François (1989:96) defende a existência de um *sujeito discursivo* que nada tem a ver com o sujeito psicológico defendido pelos teóricos do subjetivismo individualista. Na perspectiva de François, a elaboração discursiva é vista como um processo de retomada-modificação de uma base sócio-cultural e recriação, investimento renovado de elaboração discursiva. O sujeito é, assim, ao mesmo tempo, sujeito genérico e fruto de uma história particular, lugar de encontro singular de determinações heterogêneas (plurais). Neste sentido, a enunciação é considerada como construção conjunta, construção discursiva com e em função do outro. Essa noção de sujeito situa-se entre o individual, o dialógico e o coletivo, ou seja, entre o genérico e o particular. De acordo com Salazar-Orvig, esse sujeito é o centro de seu discurso sem ser totalmente o seu dono. É um sujeito que se deixa ver, que se mascara e que se oculta em seu discurso. Discurso no qual se desenha a imagem daquele que está na origem.

Assim, não se pode falar de *ilusão enunciativa*, não se pode esquecer a dimensão individual na elaboração discursiva. Nessa perspectiva, podemos dizer, como diz Possenti (1993:2), recorrendo ao pensamento de Ricoeur, aqueles que defendem “*que a idéia de sujeito é uma ilusão têm a ilusão de produzir um discurso sem sujeito*”. É preciso, portanto, levar em conta esta dupla tensão. É preciso considerar a heterogeneidade social, psíquica e lingüística do sujeito falante, admitir a impossibilidade de ter um sujeito homogêneo, o que não implica apagar a instância enunciativa.

Como postula Salazar-Orvig (1999), o erro está em se considerar o sujeito sob uma só perspectiva, examinando-o como uma imagem homogênea, tomando-o como *um*, considerado como “*o indivíduo em carne e osso*”. É preciso, antes de mais nada, distinguir este sujeito concreto do

sujeito discursivo e considerá-lo como aquele que veicula fala de outros, que pertence a uma comunidade (social, cultural, lingüística), um sujeito colocado em sua própria história. É este sujeito que se desenha em seu discurso, que se inscreve num espaço discursivo, que é ele mesmo *efeito do discurso*, que deve ser considerado pelos analistas do discurso.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo:Hucitec, 1979 (1ª ed. 1929)
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo:Martins Fontes, 1992.
- _____. *Questões de literatura e estética*. São Paulo:Hucitec, 1988.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne, 1965.(1ª ed. 1944)
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo:EDUSP, 1976 (1ª ed.1966)
- _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas:Pontes, 1976 (1ª ed. 1966).
- BREAL, M. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Trad. Eduardo Guimarães et alii. São Paulo:EDUC, Pontes, 1992.
- BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, São Paulo:UNICAMP, 1997.
- FRANÇOIS, F. *Le discours et ses entours* Paris:L'Harmattan, 1998.
- _____. *Práticas do oral*. Tradução de Lélia E. Melo. Carapicuíba:Pró-Fono Departamento Editorial, 1996.
- _____. *Morale et mise em mots*. Paris:L'Harmattan, 1994.
- _____. *La communication inégale Heurs et malheurs de l'interaction verbale*. Neuchâtel, Délachaux et Niestlé
- _____, HUDELOT.C.e SABEAU-JOUANNET.*Conduites linguistiques chez le jeune enfant*. Paris:Press Universitaires de France, 1984.
- _____. *Oral et écrit: affiniés, contradictions, interactions*. In: *Les entretiens Nathan*. Editions Nathan, 1993 (ed. Bentolida)
- _____. *Fonction, genres et mouvements discursifs*. Um ensaio de clarificação (?) ... (mimeo), 2000.
- _____. *Significations corporelles et oubli du corps dans le langage de l'enfant et en quelques aures lieux*. Rev. de Méd. 30/31, p. 47-62, 1992.
- GUIMARÃES, E. *Sobre alguns caminhos da pragmática*. In: *Sobre pragmática*. Série Estudos. Vol. 9. Minas Gerais:Faculdades integradas de Uberaba, 1983.
- _____.*Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas:Pontes, 1987.
- _____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas:Pontes, 1995.
- _____. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas – São Paulo:Pontes, 1989.

- HUMBOLDT, W. V. *Introduction à l'ouvrage sur le Kavi et autres essais*. Seuil, 1974.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation: de subjectivité dans le*. Paris:Armand Colin, 1980.
- _____. *Les interactions verbales*. Tome I. Paris:Armand Colin, 1990.
- _____. *Les interactions verbales*. Tome II. Paris:Armand Colin, 1992.
- SALAZAR -ORVIG, A S. *Les mouvements du discours: style, référence et dialogue dans des entretiens cliniques*, L'Harmattan: 1999
- PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Campinas:UNICAMP, 1988.
- POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo:Martins Fontes, 1993.